

TERRITÓRIO, SER SOCIAL E NATUREZA NO DEBATE PARADIGMÁTICO: EXPERIÊNCIAS CONTRA HEGEMÔNICAS DESDE OS CENTROS TERRITORIAIS DE COOPERAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Gerson Antonio Barbosa Borges

Doutorando em Geografia
Universidade Estadual Paulista
gerson.borges@unesp.br

INTRODUÇÃO

A humanidade carece do território para produzir e reproduzir sua existência, o que envolve circunstâncias materiais e imateriais. Ademais, os seres sociais são partes e oriundos da natureza, nos aspectos biológico e inorgânico, revelando-se enquanto principais singularidades em referência aos demais seres. O desenvolvimento da linguagem, da sociabilidade e, sobretudo, do trabalho (LUKÁCS, 2012) criativo¹, transformam a natureza, o agente do trabalho e a própria sociedade. É por meio desse movimento dialético que o conhecimento e a civilização humana desabroçam.

Há cerca de 10.000 anos, as civilizações foram emergindo e, com o passar do tempo, modificaram o relevo e o modo de obter os bens necessários à sua existência: do nomadismo fundamentado na caça e na coleta, às práticas de domesticação de animais e ao desenvolvimento da agricultura (MAZOYER & ROUTARDT, 2010). Indubitavelmente, houve uma transformação radical nas formas de cultivo e acesso aos alimentos, proporcionando novas relações sociais de produção, comunidades sedentárias e distintos intercâmbios entre homem e natureza.

Das sociedades nômades até meados do século XIX, a humanidade e a natureza experimentaram imensas e complexas transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, portanto, territoriais – mas nada que afetasse o sociometabolismo² a jusante e a montante entre natureza e ser social.

Doravante à ascensão do modo de produção capitalista, consequência direta dos saques e escravização dos povos do além-mar; cercamento dos campos; divisão campo e cidade; e a consecutiva desterritorialização camponesa, o trabalho e a natureza são transformados em mercadoria, e o valor de troca, passa a se sobrepor ao valor de uso (MARX, 2013). Assim, inicia-se uma fissura sociometabólica – incorporando riscos à existência da vida social e natural – pois, nesta encruzilhada, o lucro, a produção de mercadorias e a sua realização no mercado se justapõem as demais demandas socioterritoriais.

¹ Esta característica é a que realmente diferencia os seres humanos dos demais seres da natureza.

² Estamos nos referindo ao sociometabolismo recíproco entre ser social e natureza abordado pelos autores Foster, J. B.; Clark, B no artigo: “A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital”.

Faz parte da lógica capitalista a circulação e a realização da mercadoria no mercado por meio do consumo, em tempos cada vez mais diminutos, pois o lucro apresenta-se na esfera da produção, enquanto parte da mais-valia. Desta maneira, a obsolescência e o consumo infundável de mais e novas mercadorias se torna imprescindível no movimento que retroalimenta este sistema.

No caso das mercadorias obtidas na produção agropecuária e agrícola, encontram-se peculiaridades distintas da fábrica. Diferente das máquinas que podem aumentar ou diminuir a produção por meio de comandos, por resultarem, unicamente, do conhecimento e trabalho humano, a terra não é fruto do trabalho. Sua produtividade está vinculada a condições naturais, climáticas, de relevo e de fertilidade natural e/ou artificial, embora a presença e a ação humana modifiquem o clima, o relevo, e a fertilidade da terra.

Diante do exposto, o texto abordará duas formas singulares de relação e ação humana sobre o solo e a paisagem do relevo: agricultura capitalista e agricultura familiar camponesa. Para tal, afora esta introdução e as considerações finais, dividimos o artigo em três partes. Inicialmente, discutiremos as categorias território, ser social e natureza fazendo uso do debate paradigmático, expresso nos paradigmas do capitalismo agrário (PCA) e da questão agrária (PQA). Em seguida, faremos uma reflexão interpelando o modo de produção capitalista na agricultura e a sua tendência em elaborar e aplicar tecnologias predatórias no que concerne a seus intercâmbios impostos à natureza e aos próprios indivíduos. Posteriormente, exteriorizaremos as experiências de agricultura familiar camponesa derivadas das tecnologias socioterritoriais, criadas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), nos Centros Territoriais de Cooperação, localizados nos municípios de Seberi e Santa Cruz do Sul, ambos no estado do Rio Grande do Sul e aplicadas nas práticas agrícolas, associadas ao relevo e os solos na conservação, na restauração e na produção de alimentos e energia.

Acreditamos que a criação do conhecimento deve alcançar uma vocação crítica radical, concomitantemente, construtiva, no âmbito de apreender características gerais e específicas da realidade investigada, propor e apresentar caminhos alternativos frente ao hegemônico modo de produção capitalista.

Perante o desígnio de nos aproximarmos dos nossos objetivos, utilizaremos ferramentas principalmente da geografia, mas também, da história, filosofia, sociologia, economia, biologia e agronomia. Refutaremos as bipartições epistemológicas, portanto, não iremos trabalhar com divisões do conhecimento, – tal como geografia física e humana, ou sociologia e agronomia – pois pensamos que as abordagens dicotômicas tendem a estreitar a análise científica. Com finalidade de subsidiar e fundamentar o nosso estudo, utilizaremos fontes secundárias, referências na temática, e primárias, esta última, proveniente de nossos trabalhos de campo.

TERRITÓRIO, SER SOCIAL E NATUREZA NO DEBATE PARADIGMÁTICO

Na presente pesquisa, território, ser social e natureza são elementos centrais na elaboração da nossa fundamentação teórica acerca das relações e ações humanas sobre o relevo e o solo. Porém, conceitos, categorias, e a própria realidade, desde uma leitura paradigmática, podem ser lidas, interpretadas e disputadas via divergentes prismas em coletivos de pensamentos, quando resultam de artigos, monografias, dissertações, teses, eventos científicos, leis e metodologias, respaldados e reconhecidos pela comunidade científica (KUHN, 2007), inclusive, de acordo com Fleck (2010), em um mesmo tempo histórico. Sustentados sob estes pensamentos, Fernandes (2005), Felício (2011) e Campos (2012) construíram o debate paradigmático, articulado e contrastante entre o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA), para analisar a posição dos camponeses e capitalistas no desenvolvimento territorial.

Consoante com o PCA, os camponeses tendem a desaparecer, e, os que ainda existem, devem se metamorfosear em agricultores familiares capitalistas, integrando-se e atuando conjuntamente com o agronegócio da grande propriedade. Os problemas existentes no campo estão na esfera conjuntural e serão superados com a modernização tecnológica e dos próprios agricultores, no instante em que superarem as características arcaicas do ser camponês.

Sob outro ponto de vista, na interpretação elaborada com base no coletivo de pensamento do PQA, inicialmente, há uma questão estrutural expressa na essência do modo de produção capitalista, que limita o desenvolvimento e a superação das mazelas, estejam estas na cidade ou no campo. Desde este paradigma, os camponeses de forma contraditória e conflituosa, mantêm-se resistindo, criando seus projetos de desenvolvimento e se reproduzindo no interior do sistema. Por outro lado, um grupo de pensadores, deste mesmo paradigma, compreende que os camponeses desaparecerão e transformar-se-ão em proletários rurais ou urbanos, em decorrência de ocuparem pequenas parcelas de terra e estarem atrasados perante a hegemonia tecnológica e financeira da grande propriedade capitalista.

Estes paradigmas que, inicialmente, podem ser apenas ideias, ganham concretude ao serem legitimados e reconhecidos por parte da comunidade científica. Ademais, as pessoas que os constroem, em seus coletivos de pensamento, atuam em diferentes esferas e escalas na sociedade civil ou Estado, algumas com condições de interferir, por exemplo, nos modelos de desenvolvimento e na qualidade e quantidade de políticas públicas. Destarte, pensamos que o território, ser social e natureza também podem ser interpretados a partir das lentes dos paradigmas, quer o pesquisador tenha consciência ou não.

Desde o PCA, o território é compreendido enquanto apenas uma superfície unidimensional dividida em diferentes escalas, na qualidade de simbolizar fronteiras de continentes, países, regiões, estados, municípios ou áreas abrangidas por determinados projetos. Considerando uma leitura reduzida do paradigma transato, o PQA amplia os atributos presentes na realidade, atentando aos aspectos fixos e fluxos, materiais, imateriais e multidimensionais, além do já presente multiescalar. Isto posto, o território, em companhia da sua materialidade, fixa ou fluxa, também revela sua imaterialidade por meio de ideias e pensamentos, que antecedem ou resultam da ação.

O primeiro território se manifesta em todos os níveis de espaços de governança, podendo ser fixo ou fluxo. Citando casos análogos, podemos enunciar os palácios, os prédios, os veículos terrestres, aéreos e marítimos, oficiais (FERNANDES, 2009). É neste território que as decisões políticas acontecem, embora não dissociadas do segundo e terceiro territórios, pois estes também são parte do referido. Exemplificando, podemos apresentar as leis que permitem a utilização de agrotóxicos banidos em outros países, e a ausência do Estado na fiscalização do aumento do desmatamento, potencializando a destruição dos biomas do Brasil. Isto ratifica que as decisões realizadas no primeiro território convergem de modo positivo ou negativo junto às classes sociais que estão no primeiro e segundo territórios.

O segundo território é constituído pelas propriedades, sejam elas individuais, coletivas, privadas, capitalistas ou não. As conflitualidades entre classes sociais se desenvolvem neste território e acabam comparecendo até no primeiro território – espaço de governança –, pois as classes sociais que atuam no primeiro território também fazem parte do segundo, sendo o inverso também válido. Fernandes (2009, p. 208) infere que “a disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios; ou seja, controlando as suas territorialidades”. Assim, desde o segundo território, o modo de cultivar a terra e se relacionar com a natureza depende dos interesses, reificados³ ou não, de cada indivíduo, grupo ou classe social, porém, não unicamente, pois os camponeses frequentemente sofrem ataques de representantes do capital sobre os seus territórios, mas, por outro lado, os camponeses também ocupam terras apropriadas pelo agronegócio. Todavia, a desterritorialização pode se dar também, via uma agressão imaterial, a partir da influência e impactos dos projetos de desenvolvimento, pois estes determinam as características das políticas públicas.

³ Saito (2021, p.130) defende que a “teoria da reificação” de Marx é de grande importância para entendermos estas transformações “[...] pois explica como o capital, indo além do processo de produção, transforma os desejos humanos e mesmo toda a natureza em prol de sua valorização máxima”. Compreendemos a reificação como uma esfera da alienação onde os seres humanos atuam de modo “automático”, adquirem características de objetos e não mais controlam totalmente seus desejos e reais necessidades. A jusante, a natureza é considerada e transformada em mercadoria especial.

De acordo com Fernandes (2009, p.210) “o terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios; portanto, às suas territorialidades”, consequentemente, expõe as sínteses e o respectivo reflexo das conflitualidades socioterritoriais que sucedem no primeiro e segundo territórios. Assim, é possível observar as transformações transcorridas nas diferentes escalas e dimensões do território. Desde as formas de uso atual do prédio no Distrito Federal, onde funcionava o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, até as formas de manejo do relevo, assim como a aparência e o tipo de cultivo do solo. Em vista disso, os atributos de cada territorialidade resultam da ação dos seres sociais, os quais os concretizam por meio de predefinições originadas dialeticamente de seus territórios imateriais⁴.

Realizando leitura ampliada da categoria território, identificamos, em diferentes escalas, as suas singulares dimensões: material e imaterial. Cabendo destaque, também, para a imprescindível intervenção humana na construção, disputa e caracterização do território. Isso significa tomar uma posição paradigmática em relação a natureza dos seres humanos.

Desde o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), o ser social pode ser compreendido via perspectivas evolucionista (DARWIN, 1981; 2018), (SPENCER, 1960; 2009), marxista (MARX, 2013; LUKÁCS, 2012; 2013) e até mesmo criacionista, embora esta última não seja uma teoria, e sim, ao nosso ver, uma resposta que satisfaz, em partes, as necessidades do desconhecimento humano⁵ em relação ao seu próprio desenvolvimento. O ser social com base no PCA é desconectado do restante da natureza, crendo este ser resultado da criação “divina” ou de um processo evolutivo, passível de dispor em sua essência características egoístas e/ou a pureza divina – assim, a relação entre seres humanos e natureza, com raríssimas exceções, predomina na dimensão sujeito/objeto.

O pensamento evolucionista se baseia, principalmente, na aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin (1981; 2018) em conjunto com o *laissez-faire* na vida e na sociedade humanas, ideias estas formuladas por Spencer (1960; 2009). Esta teoria funda, o que alguns teóricos consideram como o darwinismo social, pois compreende que os seres humanos são, em sua essência, desiguais, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras, inferiores. Desde esta perspectiva, a existência, na sociedade humana,

⁴ Sobre os territórios imateriais, em concordância com Fernandes (2009), pensamos que este território está em nossa mente, representado pela forma como conhecemos, relacionamo-nos e atuamos nos territórios materiais. Todavia, desde o pensamento de Lukács (2012), acrescentamos que o território imaterial é resultado da ação humana sobre a natureza e de suas relações sociais e individuais nos territórios materiais onde produz e reproduz sua existência e, concomitantemente a ela, o conhecimento.

⁵ Pensamos que parte da humanidade necessita do balsamo do criacionismo para dar sentido a sua vida individual e social. Porém, esta limitação nas primeiras sociedades humanas era resultado da ausência de conhecimento científico. Atualmente, tal visão de mundo tende a ser o resultado das desigualdades sociais que foram se estabelecendo no decorrer da história humana. O conhecimento científico, estando ao acesso de poucos, tornou-se um instrumento de poder e dominação.

apresenta-se enquanto uma luta natural pela vida, consequentemente, os mais evoluídos vencem, adquirem sucesso, obtendo poder social, político e econômico. Também, neste pensamento, acredita-se que é normal que os mais fracos fracassem em seus empreendimentos, ficando ausentes do acesso a quaisquer formas de poder. Spencer (1960) argumentava que o processo natural da seleção biossociológica das elites era prejudicado pelo Estado no instante em que essa instituição adotava medidas sociais de ajuda aos pobres. Além do mais, os mais fracos deveriam viver menos e deixar uma menor quantidade possível de descendentes. Esse pensamento esteve desde sua origem associado ao modo de produção capitalista e acabou se vinculando e influenciando as teorias eugenistas e racistas no século XX.

Cabe ser destacado que uma corrente marxista, de viés dogmática, ao nosso ver, com leituras equivocadas em relação ao pensamento marxiano, compreende que o ser social se desenvolve relacionando-se com a natureza, porém, não enquanto parte dela, e sim, na dimensão sujeito/objeto.

Por outro lado, o desenvolvimento humano, desde a crença criacionista, torna-se limitado pela ideia da existência de uma divindade – onisciente, onipresente e onipotente – a qual limita a autonomia humana em relação ao fazer de sua história/território.

Com base nos elementos estruturais do PCA, os problemas existentes no mundo são conjunturais e serão superados com o desenvolvimento e a territorialização do modo de produção capitalista.

Ao analisar o ser social a partir do Paradigma da Questão Agrária é possível inferirmos que existem também diferentes leituras, de natureza semelhante, porém, não igual, ao paradigma anterior. A doutrina criacionista possui muitos adeptos no seio do campesinato, principalmente, em virtude da enorme influência religiosa – acreditam que, assim como os demais seres vivos, o ser humano é o resultado de criações particulares advindas de um ser superior. Já a teoria evolucionista, neste paradigma, não possui o mesmo significado em relação ao PCA.

Desde o PQA, a evolução do ser social ocorre por meio da linguagem, da sociabilidade e do trabalho nos diferentes modos de produção, ideia fundamentada no pensamento marxista, principalmente nas obras de Marx (2013; 2011) e Lukács (2012; 2013), porém, predominam as interpretações mecanicistas-dogmáticas, as quais separam o ser social do restante da natureza.

Adotaremos em nossas análises a perspectiva marxista, que também segue o evolucionismo deste paradigma, porém, aderindo a uma leitura dialética, e não dogmática das obras de Marx (2013; 2011) e Lukács (2012; 2013). Ao mesmo tempo, incorporaremos as reflexões de Foster (2014) e Saito (2021). Estes pensadores, ao estudarem de maneira exegética as obras de Marx, apresentam uma teoria marxiana que conecta o ser social junto

à natureza, por meio dos fluxos sociometabólicos, todavia, na atualidade, fraturados pelas relações capitalistas de produção.

A natureza, vista a partir do PCA, é mais uma mercadoria que pode ser vendida no mercado na forma in natura, transformada, ou utilizada para produzir novas mercadorias. Portanto, a terra, ao ser tratada enquanto uma mercadoria, tem o seu desgaste, a sua redução, o seu desequilíbrio e as suas doenças, desconsiderados como fatores de preocupação. É factível evidenciar estas situações a partir da realidade brasileira, em que a extração de minerais em terras indígenas e a derrubada das florestas têm se tornado comum, a partir da ausência do Estado na fiscalização e no cumprimento das leis de proteção ambiental. No caso das matas, o bioma cerrado e amazônico estão perdendo milhares de hectares anualmente, fato este que tem se repetido no bioma pampa, em que as vegetações naturais estão sendo destruídas para substituição pela soja. Neste paradigma, também encontramos autores que “defendem” a preservação da natureza para que ocorra recompensas financeiras àqueles que mantêm preservados os diferentes tipos de biomas, todavia, este posicionamento oculta as contradições do modo de produção capitalista.

Desde a análise do PQA, a natureza pode ser compreendida enquanto um território imprescindível para a existência e desenvolvimento humano. É na relação ser social e natureza, por meio do trabalho, que o ser humano transforma o território em suas múltiplas dimensões e escalas, ou seja, transformar-se também a si próprio, porém, como já adiantado, na leitura paradigmática do ser social, a visão da natureza enquanto um objeto e/ou mercadoria, por meio de diferentes interpretações, prevaleceu, mesmo no seio marxista. A leitura que estamos defendendo neste debate paradigmático apresenta a natureza, o ser social e o território enquanto um conjunto vivo, indissociável e conseqüentemente, sustentável. Todavia, o problema central, estrutural que se apresenta se dá por meio da prevalência das relações capitalistas de produção, pois estas acentuaram a divisão entre cidade e campo e cimentaram a ruptura capital/trabalho e natureza, separando, portanto, parte da essência humana.

CAPITALISMO, TECNOLOGIAS PREDATÓRIAS E ROMPIMENTO SOCIOMETABÓLICO NA AGRICULTURA

A tecnologia está presente nas sociedades humanas desde o primeiro momento em que o ser social realizou intercâmbios e transformações junto à natureza, com objetivo de satisfazer suas necessidades (PINTO, 2005; 2005). No feudalismo, após alguns séculos de

reestruturação socioterritorial, em decorrência do esfacelamento do Estado Romano⁶ (ANDERSON, 2004), as pessoas envolvidas no processo produtivo, sob relações sociais de produção não escravista, agora, presas apenas à terra e aos costumes (HUBERMANN, 1981), finalmente, puderam ficar com parte do que produziam, e, desta maneira, o potencial humano criativo foi despertado novamente. A criação de ferramentas agrícolas, máquinas, melhoramento das sementes, uso de esterco animal na adubação e rotação de culturas (MAZOYER & ROUTARDT, 2010) favoreceu um aumento extraordinário na produção de alimentos. Este desenvolvimento tecnológico possibilitou qualidade de vida elevada em relação a um passado pouco distante, e, conseqüentemente, aumentou o número de pessoas vivendo nos feudos (HUBERMAN,1981).

O desenvolvimento tecnológico na sociedade feudal e suas implicações positivas na produção de alimentos e vida social (MAZOYER & ROUTARDT, 2010) favoreceu a ascensão do modo de produção capitalista. No entanto, nesse novo modo de produção, a tecnologia passou a ser orientada para servir as demandas individuais na produção social de mercadorias, e, de modo conseqüente, manteve o valor transmitido pela força de trabalho e elevou as taxas médias de lucro, mesmo que de modo temporário (MARX, 2013). A respeito dessa maleabilidade racional do capital, Saito (2021, p. 126) infere que:

O capital explora o mundo inteiro em busca de novas matérias primas úteis e baratas, novas tecnologias, novos valores de uso e novos mercados, e desenvolve novas ciências naturais para que nem as más estações nem a escassez de recursos dificultem a acumulação de capital. O que é essencial para o capital nesse processo de transcendência de todos os limites materiais existentes na natureza por meio do domínio tecnológico da natureza. A enorme elasticidade do capital se baseia na exploração de todas as utilidades do mundo.

Portanto, o campo, no modo de produção capitalista, não poderia mais estar à disposição dos interesses locais de senhores feudais, muito menos de uma família, ou território habitado por antigos servos. Agora, este território deveria adequar-se às demandas da reprodução do capital.

No capítulo “A mercadoria”, da obra “O Capital”, Marx (2013) infere que a riqueza das sociedades no capitalismo se resume a uma imensa coleção de mercadorias que satisfazem necessidades do estômago e da fantasia humana. Esta centralidade fundamental na mercadoria, que deve predominar para além do seu valor de uso, alterou radicalmente a posição dos seres humanos e da natureza no processo produtivo. Diferentemente, nos antigos e distintos modos de produção, a organização do processo produtivo estava orientada para dar conta da reprodução social e satisfazer as necessidades oriundas das classes sociais.

⁶ O Império Romano governava por intermédio de um Estado centralizado. O fim deste regime no século V d.C demandou uma nova forma de governança, que, após mais de um século, expressou-se no Sistema Feudal, em que o poder político era descentralizado e o religioso, representado pela igreja católica, centralizado.

Seres humanos e natureza tratados enquanto mercadoria (POLANY, 2021) é uma ilusão, mas não falsa nas ações deliberadas pelo capitalismo. Na produção de mercadorias, como já mencionamos anteriormente, a transferência de valor pela força de trabalho, juntamente a taxas elevadas de lucro são iminentes à reprodução do capital. Assim, o definhamento do ser humano por meio do aumento da jornada de trabalho é uma das possibilidades e, sincronicamente, transfere aos donos dos meios de produção mais-valia absoluta (MARX, 2013).

O prolongamento da jornada de trabalho propende a transladar o trabalhador à exaustão física e mental em qualquer tempo em que existam relações sociais de produção mediadas por salário e capital. Em situações singulares, como é o caso do atual período pandêmico (WALLACE, 2020), acrescentado da reforma trabalhista, como é o caso da realidade brasileira⁷, o contexto se amplia, estirando a elasticidade desta relação.

Investimentos na elevação da composição orgânica do capital resultam, tendencialmente, em maior desenvolvimento tecnológico, fato este que também impacta na vida dos trabalhadores, pois, neste caso, a tendência é que muitos sejam descartados do processo produtivo, sendo substituídos por novas máquinas (MARX, 2013), entretanto, os capitalistas irão usufruir, de modo temporário, da então chamada mais-valia relativa. Deve-se destacar que tanto a exploração por meio da mais-valia absoluta quanto a da mais-valia relativa propendem a deteriorar a vida e o futuro dos trabalhadores.

Na agricultura, as relações de produção assalariadas, igualmente, substituíram as relações feudais firmadas pela tradição e costumes do direito consuetudinário. Todavia, essa transição não condiz com a realidade brasileira, pois, de acordo com Gorender (2010), o assalariamento emerge posteriormente ao escravagismo colonial. Similares são os apontamentos de Martins (2017), ao identificar um sistema de “colonato”⁸ previamente à hegemonia do capitalismo clássico no território brasileiro, em substituição ao sistema escravagista, e não em relação a um modo de produção feudal que nunca existiu no Brasil.

A exploração dos trabalhadores no campo ocorre de maneira não dissociada da exploração da natureza, por meio da apropriação privada da renda da terra. Em tempos mais longínquos podemos exemplificar, por meio da agricultura nos séculos XVIII e XIX, em que prevalecia o monocultivo nos engenhos de cana-de-açúcar (FREIRE, 2002), o que também

⁷ Com a reforma trabalhista, milhões de brasileiros tiveram seus direitos na relação capital/trabalho reduzidos, ocasionando maior precarização do trabalho, e, concomitantemente, elevando o exército industrial de reserva.

⁸ O “colonato” não foi uma relação capitalista mediada pelo salário, pois de acordo com Martins, predominava a exploração dos camponeses imigrantes pelos donos da terra. Embora o termo *salário* estivesse presente em muitos casos, os trabalhadores camponeses não recebiam salários, pelo contrário, predominava o endividamento desses junto aos proprietários. Todavia, podemos compreender que este sistema contribui sobremaneira para a formação clássica do capitalismo no Brasil.

ocorria nas fazendas de café no século XIX e XX (MARTINS, 2017). Nas relações de trabalho, tanto nos sistemas do escravagismo, colonato, e capitalista clássico, a exploração sobre os trabalhadores primava de distintas maneiras, desde o açoite do escravo “objeto”, a subordinação do trabalho camponês até a exaustão do trabalhador rural assalariado. A exploração do trabalho ocorre concomitantemente a da natureza, esta última se dando por meio das alterações na paisagem dos relevos no instante em que as vegetações naturais são substituídas por algum tipo de monocultivo em sistemas extensivos e ou intensivos, a fim de garantir maior apropriação de renda diferencial e absoluta.

Quando o intercâmbio do ser social junto a natureza passa a ser orientado pelas demandas do mercado capitalista, a exploração da natureza se intensifica, pois a mercadoria além de possuir valor de uso e valor de troca, necessita circular rapidamente, e, da mesma forma, ser consumida e reposta constantemente. Destarte, não apenas a paisagem natural do relevo é alterada para dar lugar a diferentes tipos de cultivo, mas também, torna-se necessário interferir na qualidade das sementes, assim como na fertilidade natural dos solos.

Saito (2021) entende que este problema presente na sociedade capitalista surge na organização da produção, por intermédio das tecnologias que expressam a lógica capitalista produtivista. Todavia, pensamos na presença de um elemento que antecede esta hipótese, analisamos que a falha metabólica do capital é resultado do processo de concentração e centralização de capital, pois estas tendências levam ao surgimento de uma espécie de lei da concentração das populações no espaço geográfico. Essa lei leva à concentração populacional, que por sua vez carece de grandes escalas energéticas para sua reprodução. Destarte, tornam-se imprescindíveis grandes empresas de fornecimento de energia elétrica, hipermercados, e outros tipos de energias relevantes para a reprodução humana e do capital. É nesse movimento que temos uma quebra metabólica entre ser social e natureza nos territórios hegemônicos pelo modo de produção capitalista. Aproximando-nos mais da questão em debate, é possível exemplificarmos, por meio do lixo produzido na cidade de São Paulo, da mesma maneira, o esgoto. Em um sistema de unidade metabólica a jusante e a montante (natureza – ser social) teríamos uma retroalimentação, ou seja, o lixo e o esgoto seriam reciclados, tornando-se, em grande parte, adubo. Com a fissura metabólica exposta, esses resíduos tornam-se poluentes e a agricultura torna-se e/ou mantém-se dependente da grande indústria petroquímica.

Portanto, a necessidade de mais mercadorias para dar conta das demandas do mercado, que por sua vez está organizado para suprir as necessidades das cidades através de circuitos longos de comercialização, exige do ponto de vista do capital, intervenções nas características geomorfológicas no que concerne as paisagens do relevo. Na esfera pedológica, por sua vez, o uso extensivo e intensivo do solo ocasiona o surgimento de

antropossolos deteriorados, questão que foi se “normalizando” temporariamente por meio de intervenções petroquímicas.

Uma aproximação maior dessas questões exige uma breve apresentação dos elementos essenciais da teoria da renda da terra, desde a perspectiva marxiana. A renda da terra em sistemas de produção não capitalistas se apresenta enquanto pagamentos dos camponeses aos proprietários, através da renda trabalho; renda produto e renda dinheiro (OLIVEIRA, 2007). A primeira se realiza por meio da cedência da força trabalho durante alguns dias da semana por parte dos camponeses aos proprietários da terra; a segunda efetiva-se durante a transferência de parte da produção camponesa; já a terceira, os camponeses transferem aos proprietários um pagamento em dinheiro. Por outro lado, no modo de produção capitalista, a renda da terra se apresenta constantemente na dimensão de um lucro extraordinário, para além do lucro médio presente em uma parte da mais valia.

Segundo Marx (2017) e Kautsky (1987) a renda da terra no modo de produção capitalista se expressa na qualidade de renda diferencial I e II, renda absoluta e renda de monopólio. A renda diferencial I se realiza a partir da existência e utilização de solos detentores de fertilidade natural distintas e/ ou com localização dissemelhante em relação aos mercados. Os autores inferem que o preço da mercadoria no mercado é calculado a partir dos custos de produção obtidos no solo menos fértil, mais os dispêndios com o transporte. A renda diferencial II, diferente da I, é obtida pelos capitalistas quando estes intervêm na fertilidade natural da terra e/ ou na qualidade das sementes e espécies cultivadas. Portanto, surge como o resultado de investimentos tecnológicos que modificam a natureza da agricultura, aumentando temporariamente a fertilidade dos solos e a qualidade dos produtos. Essas duas possibilidades de renda diferencial materializam-se sob relações sociais de produção capitalista, mediada pela concorrência dos capitalistas.

A renda da terra absoluta é auferida doravante ao aumento dos preços das mercadorias agrícolas no mercado, acima do preço de produção total. É um custo a mais que toda a sociedade paga, devido ao monopólio da propriedade privada (MARX, 2017). Neste caso, o capitalista interrompe a produção em sua propriedade privada, se o mesmo acredita que está tendo pouco lucro. Todavia, OLIVEIRA (2007) salienta que a expansão agrícola tende a suspender momentaneamente a renda absoluta, no instante que novas áreas agrícolas são cultivadas.

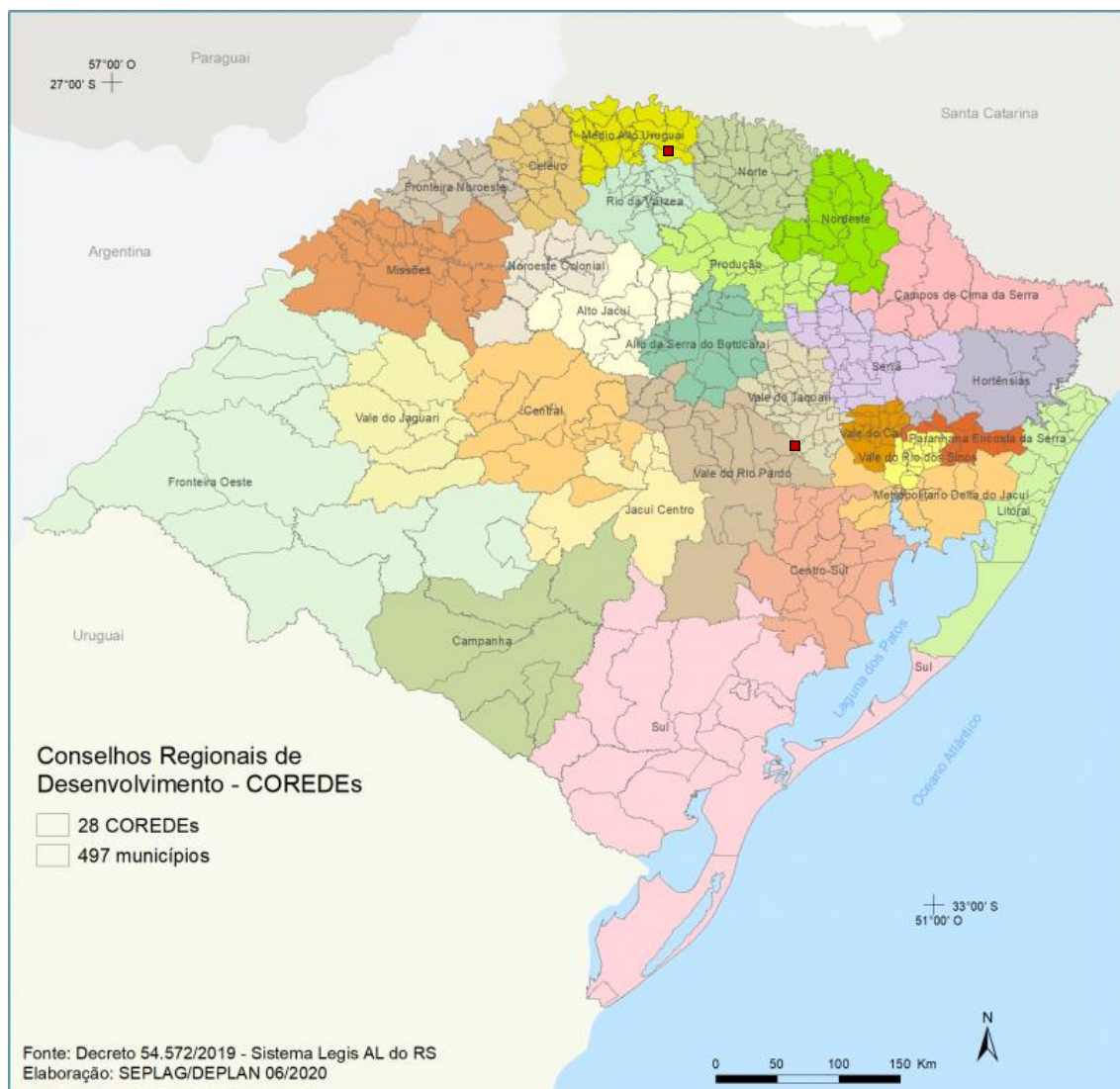
Diferentemente das demais, a renda de monopólio resulta de características peculiares existentes em uma determinada terra, capaz de fornecer mercadorias especiais. Marx (2017) apresenta como exemplo o vinho do Porto., pois este é um produto impossível de ser produzido de igual qualidade e particularidade em outro local do mundo. Assim, por ser uma mercadoria singular, existem pessoas dispostas a pagar um preço extremamente elevado nesse produto.

Diante das possibilidades em obter renda da terra por meio de diferentes ações, parece razoável afirmar a predominância da renda da terra diferencial e em seguida, da renda absoluta. Isto faz com que os capitalistas no campo busquem uma variedade de estratégias para obter constantemente esses lucros extraordinários.

Com objetivo de uma maior aproximação entre teoria e realidade atual, optou-se por investigar no estado do Rio Grande do Sul, casos nas regiões⁹ do Vale do Rio Pardo e Médio Alto Uruguai, onde se encontram práticas hegemônica de agricultura capitalista, mas também, sistemas camponeses de produção planejados por agricultores que compõe o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). No mapa 1, está situada a localização destas duas regiões, de acordo com a divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).

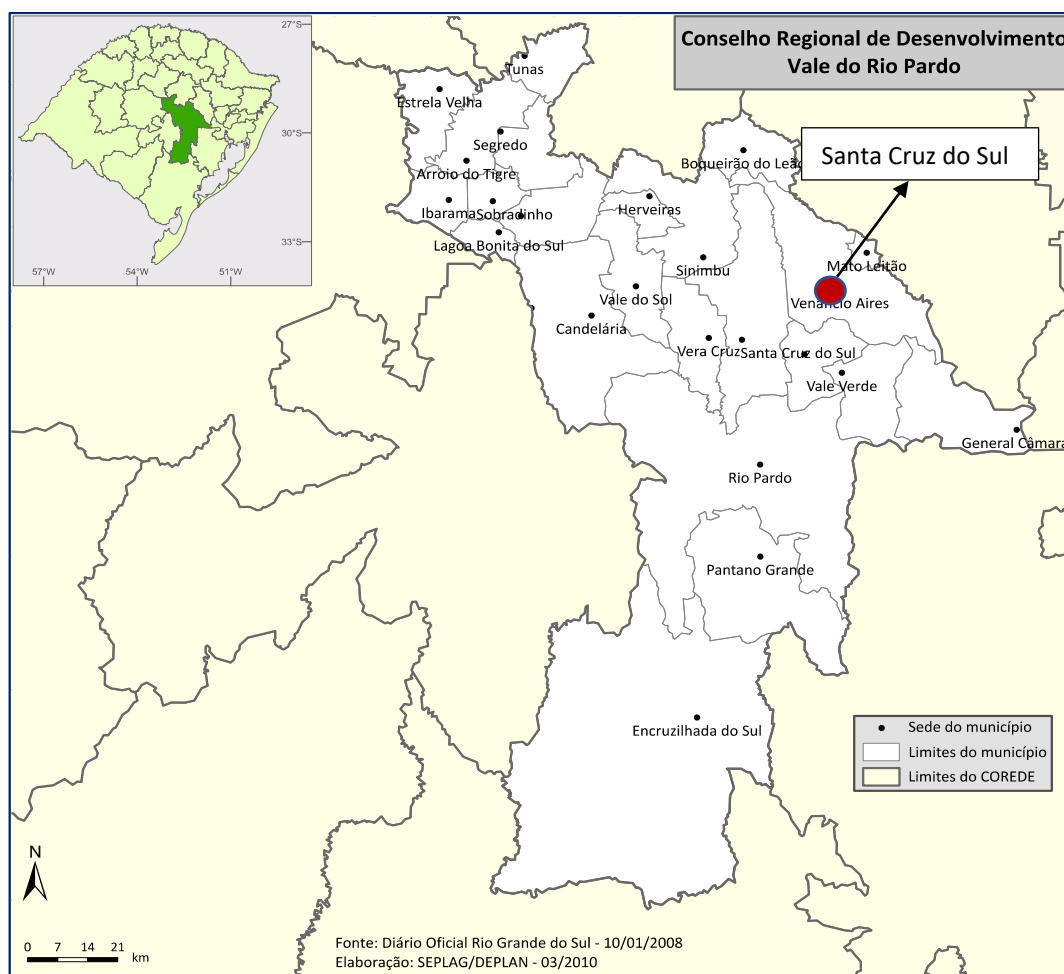
⁹ Foi seguido a divisão regional estabelecida pelo governo do Rio Grande a partir dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, embora não exista concordância plena com todas as premissas deste conselho. De acordo com a Secretária de Planejamento, Governança e Gestão (2020), os COREDEs foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente.

Mapa 1 – Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs



Fonte: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020

Decidiu-se por pesquisar dois municípios destas regiões, no Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul e no Médio Alto Uruguai, Seberi.

Mapa 2 –Vale do Rio Pardo – Santa Cruz do Sul

Fonte: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020

A agricultura em Santa Cruz do Sul é fundamentalmente familiar na qual a cultura que predominante é o fumo. Isso tende a levar muitos agricultores a uma certa dependência produtiva, por não possuírem outras fontes de obtenção de recursos financeiros. Os agricultores capitalistas, embora não sejam um número elevado, usufruem da renda da terra. Entretanto, não é possível afirmar o mesmo em relação a qualidade de vida (BONATO, ZOTTI, ANGELIS 2010).

Quando nossos avós chegaram aqui, tudo era mato, o pai fala que foram derrubando aos poucos para fazer a roça. Meu pai planta fumo desde criança com meu avô. Hoje não temos tempo para plantar outras coisas. A gente tem 10 há de fumo, dois pião o ano inteiro, mesmo assim quase não damos conta. Na safra e no plantio ainda temos que contratar mais gente. O gasto com os pião prejudica bastante a nossa renda, se o tempo não correr bem, tenho medo de ficar endividado. (JOSÉ, 2022)

José é considerado um grande produtor de fumo, pois a maioria dos agricultores no município plantam de 2 a 5 há, de acordo com o técnico agrícola Daniel, que trabalha em uma empresa do setor fumageiro, com sede no município.

Outro produtor de fumo comenta sobre a sua propriedade, os custos para cultivar o fumo, e as condições de saúde da esposa e filhos;

Tenho 12 há de fumo, mas tem sobrado muito pouco, pois estou gastando bastante com peão, saúde e insumos. Minha esposa e meu casal de filhos estão com depressão, agora, tenho que comprar antidepressivos mensalmente pra eles. O plantio de fumo encareceu muito. Cada ano tenho que botar mais adubo na terra, e usar diferentes venenos que o técnico pede. O preço dos pião subiu também, assim está ficando difícil continuar na roça. (MIGUEL, 2022)

O agricultor Miguel reclama dos custos elevados para produzir, e dos problemas de saúde na família. No entanto, constata-se que esta é uma realidade que os produtores de fumo enfrentam. Muitos não associam, porém, de acordo com Almeida (2005), as doenças que os agricultores adquirem, inclusive depressão, estão relacionadas ao uso intenso de agrotóxicos no cultivo do fumo.

Entende-se, portanto, que a renda da terra adquirida pelos agricultores capitalistas produtores de fumo se realiza principalmente através da renda diferencial, por meio dos diferentes graus de fertilidade e localização, mas também pelo uso intensivo de insumos. Porém, por não possuírem grandes propriedades, o lucro e a renda não representam números extraordinários. De acordo com Daniel (2022), o custo de produção tem variado em torno de 60% da produção total.

Em relação aos preços, quem determina são as empresas do setor, pois elas avaliam a qualidade do fumo em suas sedes, o que dificulta o controle e a fiscalização dos que produzem.

Existem muitas classes de fumo. A gente até nem sabe todas. Ano passado o meu fumo estava muito bonito. Eu tinha certeza que seria classificado com BO1 ou BO2, mas quando chegou na firma eles classificaram como BR1. Acabei perdendo 40 reais por arroba, quase o meu lucro. Isto deixa a gente bastante desanimado. (MIGUEL, 2022).

A fala de Miguel expressa algumas questões pertinentes, pois apresenta que mesmo o agricultor capitalista, torna-se subordinado ao modo de produção ao qual ele contribui na reprodução.

Ao mesmo tempo, se percebe um determinado conformismo diante da realidade vivida.

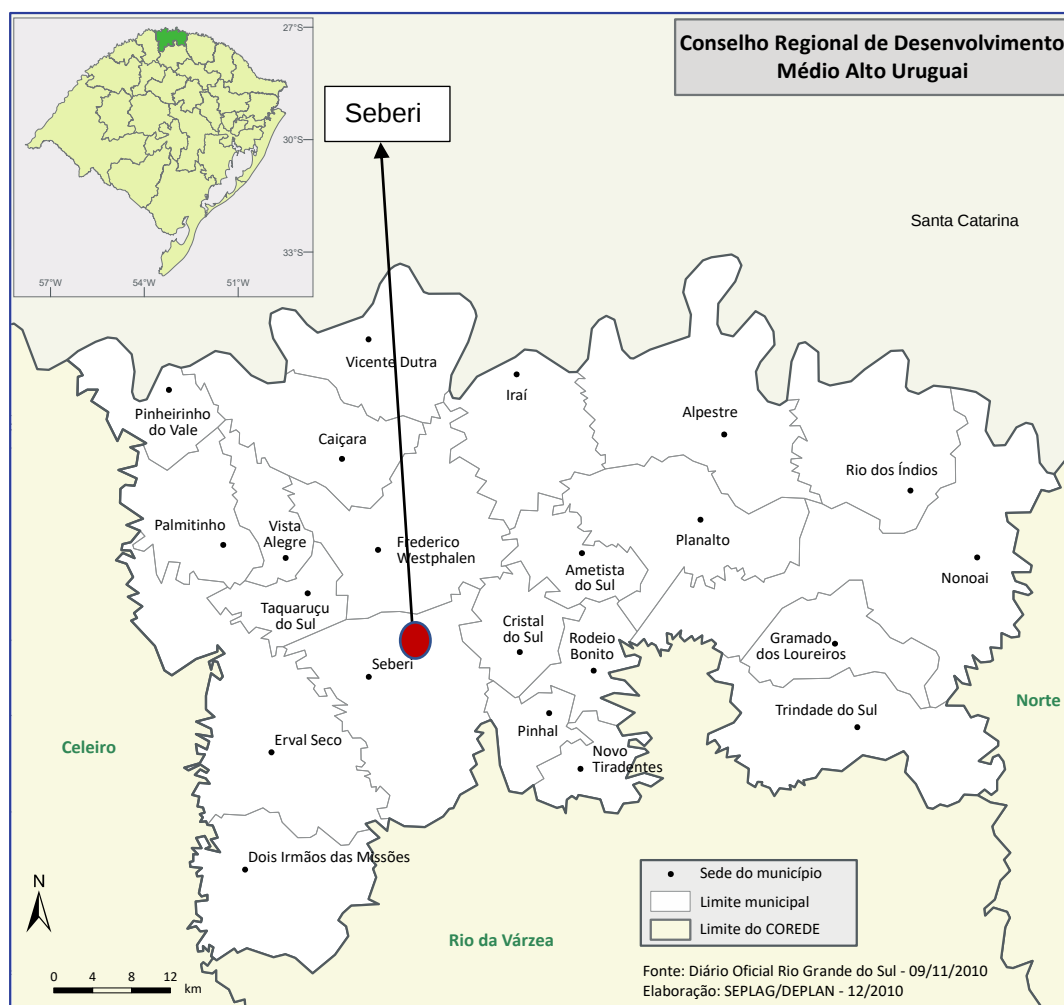
A gente sempre plantou fumo, eu não sei fazer outra coisa, e as nossas terras são para o fumo, acho difícil produzir outra coisa aqui. Há! E se produzisse outras coisas, nem teria comprador também. Com o fumo, a empresa busca aqui em casa, a venda é certa. (JOSÉ, 2022).

Todavia ao analisar o mapa de solos do Rio Grande do Sul (EMBRAPA, 2022), e as especificidades dos solos de ambas as propriedades, identificou-se um planossolo, com alto teor de argila, que embora tenha características de má drenagem apresenta uma boa fertilidade, o que iremos visualizar na seção seguinte, quando abordarmos o Centro Territorial

de Cooperação do Movimento dos Pequenos Agricultores em Santa Cruz do Sul, situado nas mesma região que estão as propriedades entrevistadas e com a mesma característica de solo.

No município de Seberi, 350 quilômetros de Santa Cruz do Sul, no Médio Alto Uruguai, foi identificado alguns elementos similares a realidade dos produtores de fumo, porém, nesta região predomina a produção de soja, milho e trigo.

Mapa 3 – Médio Alto Uruguai - Seberi



Fonte: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020

Em Seberi, cerca de 80 % dos agricultores possuem propriedades que não ultrapassam os 20 há, no entanto, tem proprietários capitalistas com mais de 1.000 há, relata o agrônomo Ricardo (2022). Embora tenha sido feito contato com alguns destes, não foi conseguido agenda de entrevista com os mesmos, mas foram entrevistados 2 agricultores capitalistas que possuem cerca de 200 há cada um, o que é considerado médio proprietário na região.

A produção de milho, trigo e sobretudo, a soja, tiveram um aumento exponencial a partir dos anos 1960, com a montagem de um complexo agroindustrial e a consequente

modernização conservadora, junto a introdução dos pacotes tecnológicos da revolução verde (BRUM, 1987).

O pai e a mãe criavam porco, gado, galinha, pato e angola. Plantavam feijão, mandioca, batata, milho e arroz. Mas nos anos 70 facilitou bastante o crédito para comprar maquinário e plantar soja e trigo, o pai achou uma boa ideia, então entramos nesta aventura. Como nossas terras são de campo, foi derrubado e destocado pouco mato. Dai pra frente foi uma luta constante, eu e meu irmão mais velho ajudamos o pai desde o início, fizemos muita coisa nova. A mãe ainda tem umas galinhas e uma horta, mas pela falta de tempo, foi parado de criar a maioria dos animais. Largamos mão também das pequenas plantações, (LUIS, 2022).

Na fala de Luis (2022) é possível identificar uma transformação no modo de pensar e fazer agricultura. A família passou de uma produção camponesa diversificada para uma agricultura quase que restrita aos commodities. O que poderia passar despercebido, mas o destaque é imprescindível, é o papel do Estado na estruturação e consolidação do novo modelo de agricultura. Neste sentido, além dos elementos encontrados na fala do Luis (2022), os teóricos Brum (1987); Delgado (1985) e Zamberlan (2001) apresentam um cabedal de informações que referenciam esta interpretação.

O uso de calcário, adubos petroquímicos, agrotóxicos e sementes transgênicas nos casos da soja e do milho é parte fundamental do pacote tecnológico. Inclusive é exigência dos bancos no momento em que o agricultor financia sua produção.

Na última safra plantei 130 há de soja, colhi bem! O tempo correu bem, mas também, coloquei tudo que o agrônomo me receitou. Não poderia ser diferente, pois se não carcar adubo, minha terra não produz bem. Cada ano tenho que botar mais adubo. Outra coisa é que quando faço meu pedido de solicitação de crédito, logo em seguida o banco pede as minhas notas de sementes e insumos. Temos que prestar conta de tudinho (IRINEU, 2022).

A dependência dos agricultores em relação aos pacotes tecnológicos é uma constante, mas não se limita a isso, pois eles também são reféns do preço do dólar e da bolsa de Chicago, tanto no preço dos insumos, como na venda da soja.

O lucro e a renda da terra, se dá por meio da renda diferencial I e II, mas também através da renda absoluta, no processo de venda das propriedades menores, para os maiores produtores, da mesma maneira, na expansão da fronteira agrícola, no momento da compra, o que também gera uma contradição, pois a expansão da fronteira agrícola, também tende a interromper a renda absoluta.

Aqui em roda eu comprei a terra de 12 vizinhos, na verdade era 4 famílias, depois que os pais morreram, os herdeiros dividiram as terras e a maioria resolveu vender, por não valer a pena plantar “cantinhos” de terra. 3 desses pegaram o dinheiro e foram comprar terras no Maranhão, até acho que eles estão muito bem lá. Eu tinha que investir bastante na correção dos solos, mas está valendo a pena, pois dá para plantar em quase tudo. 3 moradia eu consegui aterrar, e agora já dá até para plantar também (IRINEU, 2022).

Nesta última fala de Irineu (2022) se evidenciam os caminhos possíveis para se auferir renda da terra. Ao mesmo tempo, evidencia-se a força do agronegócio, pois não bastando o monocultivo e a utilização de adubos e agrotóxicos (o que tende a deteriorar a saúde do solo, dos alimentos, das pessoas e da natureza no geral), modifica-se também a paisagem e o próprio relevo ao soterrar as antigas propriedades.

Estas transformações na paisagem e no relevo também são confirmadas em uma fala do Luis (2022);

Tenho um pedaço de terra lá na linha Carmo. Tinha uns pedaço bem dobrado, com bastante pedra. Mas graças a Deus no ano passado eu consegui pagar várias horas de trator esteira e retro escavadeira, em menos de um mês conseguimos aterrar e emparelhar tudo. Agora ficou uma mesa.

A busca por mais lucro é intensa e insaciável pelo lado dos capitalistas, como pode ser constatado. Porém, algumas questões preocupantes e outras limitantes estão emergindo, como pode ser analisado em uma das falas;

Estou bem financeiramente, tinha algumas dívidas no banco, mas muitas foram perdoadas pelo governo. Esse ano vou colher pouco, pois quase não choveu. O que tem me preocupado é que cada ano tenho que botar mais e mais adubo, e usar uns defensivos para algumas pragas e pestes novas que têm aparecido. Outra coisa é a saúde, quase todos os meus conhecidos, encontro alguém com câncer, mas isto é normal né? Pois o pai dizia que o Câncer sempre existiu. Aqui em casa a gente se cuida bastante, não comemos o milho que a gente passa veneno por exemplo.

Nestas colocações de Irineu (2022), as interpretações de Marx (2013;2014), Saito (2021) e Foster (2010; 2014) se materializam e convergem, no aspecto do rompimento sociometabólico e suas limitações na vida humana e da natureza em sua totalidade.

Nas propriedades de Irineu (2022) e Luis (2022), os solos possuem características aparentes de latossolos vermelho, com uma expressiva presença de argila. São solos bastante férteis, embora, seja necessário a utilização de calcário a cada 5 anos (RICARDO, 2022). Da mesma maneira o uso corretamente do pacote tecnológico das commodities. Desde essas carências, a tendência é que sejam latossolos vermelhos ácidos.

RECONECTANDO SER SOCIAL E NATUREZA POR MEIO DAS SOCIOTERRITORIAIS CRIADAS NOS CENTROS TERRITORIAIS DE COOPERAÇÃO

Nos mesmos territórios onde estão as ações da agricultura capitalista, encontram-se outros paradigmas de desenvolvimento, a partir dos empreendimentos criativos e inovadores da agricultura familiar camponesa. Iniciativas que abrem brechas para uma reconexão sociometabólica, entre seres sociais, e estes e a natureza.

Em Santa Cruz do Sul, próximo as propriedades dos agricultores José e Miguel, está situado o Centro Territorial de Cooperação com gestão coletiva de camponeses que participam do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Segundo Borges (2020, p.136) os “Centros Territoriais de Cooperação apontados enquanto territórios de referência para

vivenciar e conhecer alternativas de desenvolvimento[...]" propiciam a elaboração de tecnologias camponesas, assim como, experiências em gestão cooperativa.

Nossas experiências são baseadas no Plano Camponês que o MPA discute e constrói com nosso povo. Aqui nós temos cooperativas de assistência técnica, habitação rural, produção e comercialização. Produzimos adubos organominerais, biofertilizantes e reproduzimos sementes crioulas. Desenvolvemos experiências produtivas com base em arranjos produtivos de sistemas agroflorestais. Temos também agroindústria para beneficiar alguns alimentos (MANOEL, 2022).

O Plano Camponês que Manoel (2022), um dos dirigentes do movimento cita, é um plano de desenvolvimento territorial alternativo ao do capitalismo que o MPA vem construindo, propondo e vivenciando (BORGES, 2020).

Imagem 1 – Centro Territorial de Cooperação



Fonte: Arquivo do autor

Ainda de acordo com Manoel (2022) “o que identificamos como práticas exitosas, a gente discute e compartilha com nossa base, para que se for do interesse deles, possam aplicar em suas propriedades [...]” Diferente das relações capitalistas de produção, nota-se que o diálogo predomina entre o movimento e os camponeses.

O Centro Territorial de Cooperação (CTC) está localizado em uma zona baixa do município de Santa Cruz do Sul, próximo ao município de Rio Pardo. O agrônomo e militante Josué (2022), argumenta;

Quando chegamos aqui em 2006/2007 a situação era terrível. esta área que a prefeitura nos cedeu havia sido usada para o plantio de soja e fumo antigamente. O solo estava todo degradado, como acreditamos que a agroecologia é o caminho. Iniciamos um trabalho para reabilitar a vida e a saúde deste solo.

Em um barranco situado no Centro Territorial de Cooperação foi encontrado o solo da imagem 2.

Imagem 2 – Planossolo - do barranco



Fonte: Arquivo do autor

“Este foi o tipo de solo que encontramos quando chegamos aqui” (JOSUÉ, 2022). É notável o nível elevado de degradação e compactação. No mesmo local, mas em terreno que vem sendo empregado técnicas agroecológicas, ele apresenta a transformação.

Um sistema agroflorestal com arranjo de produção de banana, goiaba e batata doce é apresentado. Como é possível observar na imagem 3.

Imagem 3 – Arranjo Agroflorestal



Fonte: Arquivo do autor

Josué (2022) argumenta de como procederam para recuperar a fertilidade e saúde do solo;

Plantamos árvores nativas, frutíferas de diversas espécies. Tivemos inicialmente muita dificuldade para contralar as formigas, mas com o aumento da biodiversidade, elas foram sumindo. A gente fez várias aplicações de pó de rocha e biofertilizantes no solo, e ao mesmo tempo, fizemos manejos com plantas que ajudam na descompactação do solo e fixam nitrogênio.

A imagem 5 é de um espaço onde foi plantado crotalaria, e em seguida derrubada, para o plantio de hortaliças. Atualmente está com um consorcio de feijão e milho pipoca. “Fizemos este ano uma aplicação de pó de rocha e duas de biofertilizantes” (JOSUÉ, 2022). Comparando a imagem 2 com a imagem 5, pode-se entender que atualmente o espaço produtivo vem adquirindo características de um antropossolo agroecológico e não mais de um planossolo, ao menos em seus primeiros horizontes.

Imagem 5 – Manejo ecológico



Fonte: Arquivo do autor

A Interpretação em relação as transformações do solo ocorrem por meio de análises cromatográficas. Através de cursos no CTC, camponeses e dirigentes do MPA se apropriam das técnicas.

Imagem 6 – Curso de análise cromatográfica da saúde do solo



Fonte: Arquivo do autor

Nesta imagem 6, havia agricultores de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, mas principalmente, pessoas que atuam no CTC de Santa Cruz do Sul e Seberi. Este último CTC é mais atual, e sua construção foi finalizada parcialmente no ano de 2015. Na imagem 7, que vem a seguir, tem uma visão aérea deste território.

Imagem 7 – Centro Territorial de Cooperação em Seberi



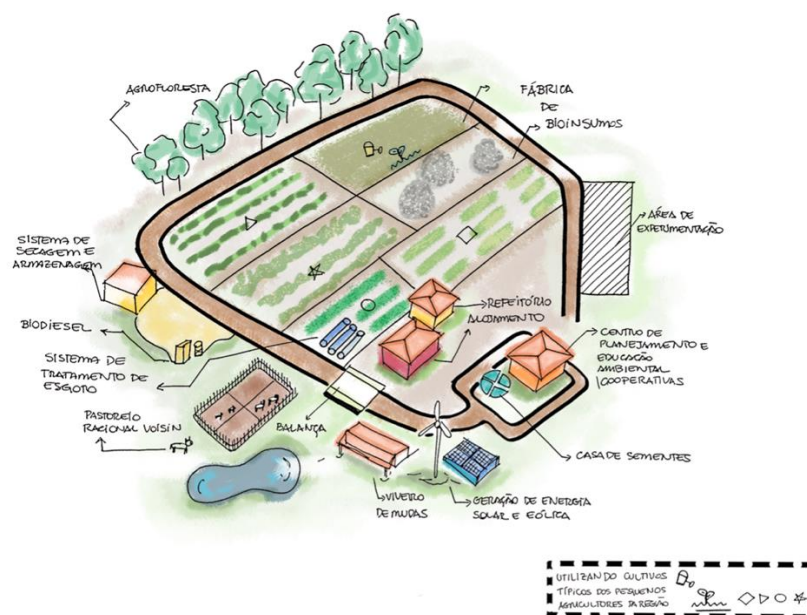
Fonte: Arquivo do autor

A jovem militante e agrônoma Joana (2022), pondera que ainda falta muita coisa para avançar neste CTC, porém, já houve muitos avanços desde que o MPA começou atuar neste território.

Temos um projeto do nosso centro, e iremos alcançar o que nos propomos, mas hoje estamos apenas resistindo, pois as políticas públicas acabaram no atual governo. Aqui era tudo lavoura de soja, agora, já mudamos muito esta paisagem (JOANA, 2022).

A seguir, no desenho 1, está o projeto do Centro Territorial de Cooperação, comentado pela Joana (2022).

Desenho 1 – Centro Territorial de Cooperação



Fonte: BORGES, 2020, p. 92

Atualmente já está em funcionamento o sistema de secagem e armazenagem de grãos, o sistema de tratamento de esgoto; o viveiro de mudas; casa das sementes; o Centro de Planejamento e Educação Ambiental; com a presença das cooperativas de assistência técnica, produção e comercialização. Na produção, os Sistemas Agroflorestais estão em desenvolvimento e a produção de alimentos tem avançado bastante (MORGANA, 20220). Nas imagens 8 e 9, em sequência, apresentam o cultivo de frutas e hortaliças.

Imagem 8 - Frutíferas



Fonte: Arquivo do autor

Imagem 9 - Hortaliças



Fonte arquivo do autor

O excedente da produção do Centro Territorial de Cooperação é comercializado em feiras municipais e regionais, de acordo com Jorge (2022), que juntamente com Morgana, acompanham o setor de produção e comercialização.

No início foi difícil produzir alimentos com qualidade, pois temos um latossolo vermelho que estava muito desgastado e envenenado, em decorrência dos monocultivos que eram praticados até 2013 aqui na área. Mas agora, com aplicação de bioinsumos que nós mesmos produzimos, a terra melhorou muito, a gente percebe na aparência e no sabor dos alimentos (JORGE, 2022).

Em um território hegemônico por monocultivos de soja e milho, com grande presença de agricultores capitalistas, o Centro Territorial de Cooperação em Seberi tem se apresentado enquanto uma alternativa de pensar a produção, comercialização e a relação ser social com a natureza.

Realizamos dias de campo com agricultores da base do MPA e também simpatizantes. Muitos ficam apavorados com as nossas experiências, chegando a relacionar algumas experiências com histórias de seus avós. Estamos bastante satisfeitos com os resultados que obtivemos até o momento. A nossa produção de alimentos saudáveis tem se tornado um porta de diálogo com os trabalhadores e consumidores das cidades (MORGANA, 2022).

Essas iniciativas do Movimento dos Pequenos Agricultores desde os Centros Territoriais de Cooperação, tem tornado e respaldado o movimento enquanto uma referência no debate do desenvolvimento territorial alternativo na região do Médio Alto Uruguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território é construído e disputado a partir de diferentes paradigmas e intencionalidades de classe. Quando predomina os interesses do capitalismo a tendência é que as ações sejam voltadas a produção de mercadorias, para obtenção de lucro.

No campo as práticas de agricultura capitalista estão levando a expansão da fronteira agrícola, o uso extensivo e intensivo dos solos, junto a utilização de agrotóxicos e adubos petroquímicos de forma ilimitada, o que não tem evitado a deterioração dos solos e a transformação do relevo e da paisagem. A transformação da natureza em mercadoria, mudanças climáticas, dependência dos agricultores em relação aos mercados do capital, obtenção de renda da terra nos empreendimentos capitalistas e o surgimento de doenças relacionadas ao modelo de desenvolvimento, fazem parte do novo cotidiano.

Essa reificação do ser social e da natureza habilitaram o rompimento sociometabólico, o qual se sustenta na teoria e nas iniciativas capitalistas que reproduzem esse sistema cotidianamente.

Quando se fala em hegemonia de um sistema, de um modelo de desenvolvimento territorial, não está se afirmando que o mesmo é uno, ou uma totalidade. As experiências

teorizadas e vivenciadas nos Centros Territoriais de Cooperação de Santa Cruz do Sul e Seberi, evidenciam um paradigma em construção o qual confronta o hegemônico.

A reconexão ser social e natureza se expressa nas práticas de recuperação dos solos e das paisagens desde uma perspectiva não capitalista. A produção de antropossolos saudáveis, reflete na qualidade dos alimentos e na saúde dos consumidores.

Nosso objetivo não é obter lucro. Queremos fazer uma agricultura que produza alimentos saudáveis. O Tião sempre nos diz que a agricultura é arte de cultivar o sol e a natureza com muito amor, pois a gente é parte de tudo isso, se maltratamos a terra, estamos maltratando a nós mesmos (MORGANA, 2022).

Essa perspectiva cultivada nos Centros Territoriais de Cooperação abre fissuras de esperança em relação a uma nova sociabilidade humana, assim como, a reconexão sociometabólica com a natureza. Um outro mundo é possível para além do capital, em alguns territórios camponeses esta utopia vem sendo vivenciada e construída.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ANDERSON, P. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BONATO, A.; ZOTTI, C. F.; ANGELIS, T. **Tabaco: da produção ao consumo – uma cadeia de dependência**. Curitiba: Deser, 2010.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. **Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2020.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura – trigo e soja**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo**. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

DARWIN, C. **A origem das espécies: por meio da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida**. São Paulo: Edipro, 2018.

DARWIN, C. **The descent of man, and selection to sex**. Princeton University Press Princeton, New Jersey, 1981.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FERNANDES, B. M. Tipologia dos Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FELICIO, J. M. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. **A dialética do metabolismo socioecológico**: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. Margem Esquerda, São Paulo, Boitempo, n. 14, maio de 2010.

FREIRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LENIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZOYER, M.; ROUTARDT, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia I**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **O conceito de tecnologia II**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

SPENCER, H. **The man versus the state**. Caldwell: The caxton printers, 1960.

_____. **First principles**. Cambridge: Cambridge library collection, 2009.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.